

Analisando as Teorias do Desenvolvimento: possibilidades comparativas entre o estruturalismo latino-americano e o neo-institucionalismo histórico

PASTRO, Tamara Claudia Coimbra¹

CICERO, Pedro Henrique de Moraes²

Resumo:

O presente trabalho visa apresentar concepções teóricas sobre o desenvolvimento econômico a partir da análise comparativa de duas obras: “Chutando a Escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica”, escrita pelo economista sul-coreano Ha-Joon Chang (2004) e “O desenvolvimento econômico da América Latina desde a independência” (2013), publicada pelos autores latino-americanos Luis Bértola e José Antonio Ocampo. Tais obras são analisadas enquanto parte das correntes de pensamento das quais derivam: a primeira, da vertente histórica do Neo-Institucionalismo e a segunda, da Teoria Estruturalista Latino-Americana. Assim, após aportar uma breve contextualização referente ao campo teórico próprio ao debate sobre desenvolvimento econômico, busca-se apresentar os centros argumentativos das referidas correntes de pensamento, bem como identificar padrões de entendimento produzidos para analisar os países periféricos no contexto da divisão internacional do trabalho. A comparação é utilizada para compreender quais são os pontos de divergência e de convergência entre as duas propostas analíticas, em especial no que concerne à identificação do papel da tecnologia para o desenvolvimento do capitalismo periférico latino-americano. Almeja-se, assim, contribuir com o debate sobre os limites e as possibilidades para o desenvolvimento em economias assoladas pela deterioração dos termos de troca.

Palavras-chave: Teorias do Desenvolvimento; Tecnologia; Método comparativo.

Analysing Development Theories: comparative possibilities between Latin American structuralism and historical neo-institutionalism

Abstract:

This article aims to present theoretical conceptions about economic development from the comparative analysis of two books: “Kicking Away the Ladder: development strategy in historical perspective”, written by the South Korean economist Ha-Joon Chang (2004) and “Development economic impact of Latin America since independence” (2013), written by Latin American authors Luis Bértola and José Antonio Ocampo. These works are understood here as examples of the school of thought from which they derive: the first from the historical variant of Neo-Institutionalism and the second from the Latin American Structural Theory. Thus, after providing a brief contextualization on the theoretical field on the debate of economic development, we seek to understand the main elements of these currents of thought, as well as to identify patterns of understanding on the subject produced in countries considered "peripheral" in the context of the international division of labour. The comparison is valid to understand

¹ Doutoranda em Ciências Sociais – Estudos Comparados sobre as Américas na Universidade de Brasília. Mestre em História e Relações Internacionais pela Universidade Federal de Uberlândia. E-mail: coimbrapastro@gmail.com.

² Professor adjunto do curso de Relações Internacionais na Universidade Federal de Uberlândia. Doutor em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas. E-mail: pedrohenrique@ufu.br

the points of divergence and convergence between the two analytical proposals, especially regarding the identification of the role of technology in the development of peripheral Latin American capitalism. The objective, therefore, is to understand the perspectives on the limits and possibilities for development in economies plagued by the deterioration of the terms of trade

Keywords: Development Theories; Technology; comparative method.

Analizando las teorías del desarrollo: posibilidades comparativas entre el estructuralismo latinoamericano y el Neoinstitucionalismo histórico

Resumen

Este artículo tiene como objetivo presentar concepciones teóricas sobre el desarrollo económico a partir del análisis comparativo de dos trabajos: “Pateando la escalera: estrategia de desarrollo en perspectiva histórica”, escrito por el economista surcoreano Ha-Joon Chang (2004) y “Impacto económico en el desarrollo de América Latina. América desde la independencia”(2015), publicado por los autores latinoamericanos Luis Bértola y José Antonio Ocampo. Estas obras se entienden aquí como ejemplos de las corrientes de pensamiento de las que derivan: la primera de la corriente histórica del Neoinstitucionalismo y la segunda de la Teoría Estructural latinoamericana. Así, luego de brindar una breve contextualización sobre el campo teórico propio del debate sobre el desarrollo económico, buscamos comprender los principales elementos de estas corrientes de pensamiento, así como identificar patrones de comprensión sobre el tema producidos en países considerados "periféricos" en el contexto de la división internacional del trabajo. La comparación sirve para comprender los puntos de divergencia y convergencia entre las dos propuestas analíticas, en particular con respecto a la identificación del papel de la tecnología en el desarrollo del capitalismo periférico latinoamericano con el objetivo de contribuir a la comprensión de las perspectivas sobre los límites y posibilidades de desarrollo en economías plagadas por el deterioro de los términos de reposición.

Palabras clave: Teorías del desarrollo; Tecnología; método comparativo.

1. INTRODUÇÃO

A teoria econômica faz parte do pensamento social há séculos e vem se modificando de acordo com as demandas da vida em sociedade, o que impõe a necessidade de se estabelecerem novos enfoques por parte dos pesquisadores que compõem o campo. Em alguns casos, é possível identificar padrões de análise sobre o tema, entre os quais a história do desenvolvimento econômico. A referida agenda busca, a partir de uma análise histórica, encontrar os meios através dos quais a evolução econômica chegou aos resultados ora vivenciados.

Este trabalho pretende, a partir desta perspectiva analítica, investigar comparativamente as contribuições da teoria estruturalista latino-americana (aqui representada pela obra “O desenvolvimento econômico da América Latina desde a independência” de Luis Bértola e José Antonio Ocampo) e da teoria neo-institucionalista histórica, a partir da obra de Ha-Joon Chang “Chutando a Escada – a estratégia

do desenvolvimento em perspectiva histórica”. Assim, tendo em vista este exercício comparativo, buscase traçar paralelos sobre as teorias desenvolvimentistas encampadas pelos países periféricos³ no contexto do modo de produção capitalista, em especial no que concerne ao papel da tecnologia como elemento essencial para compreender a trajetória, as transformações e as inequidades do capitalismo contemporâneo.

Para isso, o texto está organizado em momentos distintos: inicialmente, será apresentado o contexto dos projetos nacionais de industrialização a partir da Teoria Estruturalista latino-americana, focando o trabalho de Bértola e Ocampo; em seguida, serão retomadas as bases da corrente de pensamento que ocompõe a vertente histórica do neo-institucionalismo, a partir da obra de Chang e de suas contribuições para o desenvolvimento da área. Busca-se, a partir disso, estabelecer os pontos de convergência e divergência entre as obras, de modo a apresentar considerações pensadas para compreender as possíveis relações de convergência e de divergência entre as duas “escolas” analisadas. Por fim, será problematizado como a dificuldade de obter acesso à tecnologia é um limitador para o desenvolvimento dos países periféricos.

2. O DESENVOLVIMENTISMO NA AMÉRICA LATINA: a análise de Bértola e Ocampo (2013) a partir da Teoria Estruturalista Latino-americana

A proposta de compreender a economia política a partir de uma perspectiva comparada estabeleceu-se como uma resposta à crise econômica da década de 1970 e teve como objetivo inicial “mapear como as economias nacionais estavam se ajustando às mudanças nos mercados mundiais e nas tecnologias de produção e explicar essas estratégias de ajuste em termos de instituições políticas.” (BACCARO; PONTUSSON, 2016, p.178 – tradução nossa⁴). Mobiliza-se, assim, a História como possibilidade interpretativa para os eventos atuais, tal como bem apontou Gerschenkron ao afirmar que “a história dos países industrializados mais adiantados traça a rota do desenvolvimento das nações mais atrasadas” (2015, p. 68).

³ A ideia de países “centrais” e “periféricos” é uma contribuição fundamental do economista argentino Raúl Prebisch. A partir de um argumento histórico em que os países industrializados a sua época e considerados como “centro” possuíam um sistema equilibrado de fluxo monetário e da balança de pagamentos e os países que não estavam inseridos nesse centro, seriam a periferia desse sistema.

⁴ Original: “*CPE pioneers sought to map out how national economies were adjusting to changes in world markets and production technologies and to explain these adjustment strategies in terms of political institutions*”.

Um dos principais pontos ao tratar da trajetória da industrialização entre os países é a noção de que há um caminho, mais ou menos estabelecido, o qual todos que pretendem se industrializar devem seguir. Há uma noção etapista sobre o desenvolvimento econômico. Nesse contexto, o processo de industrialização dos países centrais serviu de modelo e de referência tanto para as ideias como para os projetos encampados por parte significativa dos pensadores latino-americanos que se dedicaram a tratar desse assunto.

Sobre o tema, tem-se que a industrialização latino-americana foi primeiro um fato, depois uma política e só por fim, uma teoria (LOVE, 1998). Estabeleceu-se, pois, a possibilidade de se analisar o desenvolvimento econômico na América Latina de maneira sistêmica, sem prioritariamente eleger as particularidades dos países como foco da agenda de pesquisa. As “generalidades” podem ser utilizadas em dois sentidos: considerar o que é particular e geral na América Latina pensando a questões do desenvolvimento e, também, indagar sobre as nuances, tipologias e diferenças que permitem valorizar a diversidade na região (BÉRTOLA; OCAMPO, 2015, p. 15).

Dessa forma, a proposta feita por Bértola e Ocampo em “*El desarrollo económico de América Latina desde la independencia*” (2013) é, justamente, pensar a história e os desafios do desenvolvimento latino-americano. Ao longo dos cinco capítulos da obra, os autores buscam analisar aproximadamente duzentos anos de história, considerando a América Latina inserida no contexto do capitalismo mundial, a partir das etapas do desenvolvimento. Trata-se, assim, de uma proposta de tipologia estruturada para propor análises sobre as convergências e divergências havidas nos esforços pelo desenvolvimento do capitalismo na região. No entanto, é preciso ter claro que o ponto de partida desse viés analítico é a distinção regional do restante do sistema, uma vez que a persistência da pobreza e da desigualdade não impediram algum desenvolvimento na região.

A partir dessas premissas, os autores estabeleceram que a América Latina possuiu três fases macroeconômicas e de desenvolvimento do Produto Interno Bruto (PIB): 1) a deterioração desde o início da vida independente até cerca de 1870; 2) uma melhoria relativa nos padrões de acumulação de capital entre 1870 e 1980; e, 3) nova deterioração pós-1980. Assim problematizam sobre as especificidades e o contexto do nascimento dos países enquanto novas repúblicas, com exceção do Brasil, e o peso da herança colonial para a formação econômica na região:

La historia de la desigualdad interna es una historia compleja y diversa, que por lo demás no sigue un patrón único en la región. La herencia colonial de sociedades altamente segmentadas económica y socialmente sigue pesando sobre el desarrollo regional, algo en lo que hizo énfasis la literatura estructuralista latinoamericana desde los años 1950 y que ha señalado el nuevo

institucionalismo en épocas más recientes (BÉRTOLA; OCAMPO, 2013, p. 215).

Após a demarcação dos diferentes momentos históricos, busca-se considerar o peso estrutural que a globalização empreendeu tanto nos marcos político-constitucionais dos países latino-americanos quanto em sua característica macroeconômica primário-exportadora. Para tanto, os autores aprofundam a análise nas questões relacionadas ao desempenho econômico e o ambiente social, político e institucional, em um cenário em que houve espaço e oportunidades para haver alguma diversificação produtiva. No entanto, esse avanço da industrialização foi limitado por choques econômicos externos, principalmente em decorrência das grandes guerras, as quais possibilitaram uma nova lógica nos projetos de industrialização, tendo se fortalecido sobremaneira o protagonismo Estado e a visão de que o desenvolvimento econômico deveria ser acompanhado pelo desenvolvimento social (BÉRTOLA; OCAMPO, 2013, p. 16).

Em seguida, no momento histórico mais atual, os autores apresentam a reorientação das economias nacionais para o [livre]-mercado, contexto este marcado pela crise da dívida externa e pela aplicação de novos comportamentos macroeconômicos, pautados no neoliberalismo. Uma das principais características da obra de Bértola e Ocampo (2013) é sua clara proximidade às bases teóricas da “escola” estruturalista latino-americana. Nesse sentido, o livro pode ser considerado como um esforço em interpretar de forma interdisciplinar os caminhos para o desenvolvimento e para o crescimento econômico trilhados na América Latina, buscando analisar e valorizar a experiência regional, justamente por sua diferenciação e especificidade em comparação ao modelo erigido nos países centrais.

Outra contribuição essencial à argumentação a ser explorada neste trabalho é a apresentação de uma tipologia de análise, a qual está baseada em cinco eixos: 1) o tipo de poder colonial; 2) o tipo de mercado ao qual se vincula cada sociedade; 3) o tipo de produto que prevalece, em particular, da atividade exportadora: centros de mineração, produção agrícola ou extração florestal; 4) Diferentes transições para a conformação do mercado trabalho assalariado típico das economias capitalistas modernas que predominam a região atualmente; e, 5) O tamanho dos países (BÉRTOLA; OCAMPO, 2015, p. 25-26).

Para ilustrar a análise sobre o tema do “desenvolvimento econômico” na América Latina, os autores se valem da experiência *cepalina*, que vislumbrou uma alternativa para o crescimento partindo do esforço endógeno na construção de uma “reflexão socioeconômica” por parte dos países periféricos. Assim, propõem-se uma leitura pragmática dos problemas da região. Compreende-se que esse esforço explicativo também não foi um movimento linear e coeso e que, por conta disso, apresentou algumas fases históricas (OLIVEIRA; EBLING, 2015).

A partir da contextualização do pensamento estruturalista latino-americano plasmado na obra de Bértola e Ocampo, importa compreender seus desdobramentos e suas novas roupagens. Assim, como bem apontaram Oliveira e Ebling: “O grande desafio passa a ser a capacidade de construir um processo de desenvolvimento técnico autônomo, que permita a superação do processo de substituição de importações” (2015, p. 154).

Tendo como parâmetro a discussão relacionada ao [sub]desenvolvimento das economias latino-americanas e à produção de conhecimento sobre o desenvolvimento econômico na região, é possível mobilizar os elementos necessários para, no escopo da análise comparativa ora proposta, apresentar alguns pontos de convergência e de divergência presentes nas percepções históricas e conceituais firmadas na obra de Ha-Joon Chang, “Chutando a Escada – a estratégia do desenvolvimento em perspectiva comparada”.

3. CHUTANDO A ESCADA: possibilidades interpretativas a partir do Neo-Institucionalismo histórico

Diferentemente da perspectiva estruturalista latino-americana, a tradição neo-institucionalista histórica se propõe a analisar as instituições tal como organizações, cujas regras e procedimentos formais estruturam e deixam suas marcas nos resultados das relações entre os indivíduos. Nesse contexto, e aqui em linhas gerais, concebem as instituições tais como “estruturas de constrangimentos”.

Assim, “os históricos” sedimentam análises relativas aos processos de adaptação dos arranjos institucionais, tendo em vista a relevância dessas particularidades para o processo de “tomada de decisões”. Para essa agenda de pesquisa, grosso modo, as instituições seriam transmissoras de ideias e procedimentos historicamente construídos, as quais incorporaram, também, aspectos macroestruturais, tais como as relações de e entre classes sociais (HALL; TAYLOR, 2003).

Outra singularidade de grande relevância no pensamento neo-institucionalista histórico refere-se à ênfase no caráter episódico da mudança institucional e seu vínculo com a conjuntura societária. No que diz respeito à metodologia, tal abordagem tende a ser mais descritiva do que, propriamente, explicativa, fato que costuma ser apontado como uma debilidade, em especial quando se tenta falsear e, por conseguinte, conferir “cientificidade” aos resultados da análise (THELEN, 1999).

Tendo como inspiração alguns dos pressupostos oriundos da vertente histórica do neo-institucionalismo, em 2002, o economista sul-coreano radicado na Inglaterra Há-Joon Chang publicou a obra “Chutando a Escada – A estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica”. Em quatro

capítulos, o autor busca compreender “como os países ricos enriqueceram de fato?”. Assim, após apresentar alguns marcos metodológicos que pautarão a sua análise, o autor aponta o Consenso de Washington como referência das políticas e instituições que os países desenvolvidos impuseram aos demais, mesmo que eles próprios não tenham vivenciado as práticas “sugeridas” (CHANG, 2004, p. 27).

A partir daí, em perspectiva histórica, analisam-se as estratégias utilizadas pelas colônias, pelos países semi-independentes e pelas nações concorrentes. Chang (2004), assim, conceitualiza que as políticas de desenvolvimento estabelecidas ao longo da expansão do modo de produção capitalista caracterizaram-se por apresentarem elementos não-compatíveis às premissas estipuladas pelo “projeto” neoliberal, pois

se for esse o caso, as nações desenvolvidas não se valerão do pretexto de recomendar políticas e instituições “boas” unicamente para dificultar o acesso dos países em desenvolvimento às políticas e instituições que elas implementaram no passado a fim de alcançar o desenvolvimento econômico? Eis a questão que nos propomos a discutir. (2004, p. 14).

Ao tratar especificamente sobre a importância que a “questão histórica” assume para a análise relativa à problemática do desenvolvimento econômico, o autor sul-coreano se vale da construção sobre a consolidação das práticas da democracia liberal enquanto agência que promoveu sua própria interligação junto ao “desenvolvimento” econômico capitalista. Nesse contexto, Chang aponta que “Hoje, a visão predominante no EIPD [*establishment* internacional da política de desenvolvimento] é que a democracia ajuda o desenvolvimento econômico e, portanto, deve ser promovida como um requisito indispensável” (2004, p. 127).

Emprestando a expressão cunhada por Friedrich List, cuja obra se filia à defesa do papel protagônico do Estado no desenvolvimento das indústrias em países com estágios de desenvolvimento atrasados, Chang reafirma a percepção crítica em relação ao *mainstream* no campo dos debates teóricos sobre o tema do desenvolvimento econômico, representado pelo “receituário” (*laissez-faire*) estabelecido pelos economistas ingleses. Argumenta pelo claro descompasso em se ter o país que falhou em perpetuar sua posição hegemônica no sistema capitalista como o modelo a ser seguido pelos países periféricos, em especial no que concerne à adesão à doutrina cosmopolita do livre comércio.

Partindo desse contexto, ou seja, das imprecisões e dos mitos sobre as boas-práticas para se construírem políticas industriais, comerciais e tecnológicas eficientes, o autor avança em sua argumentação ao analisar “como as várias instituições comumente encaradas como componentes essenciais da estrutura da “boa governança” evoluíram nos PADs (países em desenvolvimento atualmente) quando estes eram países em desenvolvimento” (CHANG, 2004, p. 126). Trata-se, pois, de

examinar de maneira crítica os legados das “boas políticas” (a liberalização do comércio internacional e dos investimentos, a privatização e a desregulamentação e as ações macroeconômicas restritivas) e das “boas instituições” (democracia, proteção aos direitos de propriedade privada, governança empresarial, judiciário independente, entre outros) no contexto do processo de [sub]desenvolvimento das economias latino-americanas.

Assim e em linhas gerais, as conclusões aportadas pelo autor indicam que os países que são, em tempos atuais, considerados “desenvolvidos” vivenciaram, no decorrer do seu processo de “evolução econômica”, um longo período de dificuldades e que, como forma de proteger suas conquistas, trabalham para obrigar os demais países a se submeterem aos constrangimentos das regras e receitas que eles próprios não se submeteram. No mesmo sentido, tal como será apresentado na próxima seção deste trabalho, os Estados “do centro” adotaram medidas que, das mais variadas formas, ora impediram ora dificultaram o acesso às inovações tecnológicas cruciais para a competitividade das iniciativas de desenvolvimento industrial auspiciadas pelos países periféricos. Tais práticas são responsáveis, ao menos em parte, pela dificuldade enfrentada pelos países “em desenvolvimento” em completarem a transição de economias agroexportadoras para um cenário de amplificação da produção de bens e produtos de maior valor agregado, sendo este o momento a chave para a efetiva consolidação do desenvolvimento econômico.

Em suma, o que a proposta de Chang pressupõe é que os países atualmente desenvolvidos limitam a possibilidade de inovação tecnológica nos demais para dificultar seu desenvolvimento, salientando uma política de trocas comerciais desfavoráveis, no qual o valor agregado dos produtos só é alto devido ao desenvolvimento tecnológico prévio. Tal realidade faz com que, em última instância, conforme as palavras de Chang: “[...] a atual pressão para que os países em desenvolvimento aprimorem suas instituições não está sendo exercida desse modo e é bem provável que resulte em mais um ato de “chutar a escada”.” (2004, p. 222-223).

Nesse contexto, a construção argumentativa apresentada pelo economista sul-coreano aponta que as políticas e as estruturas institucionais recomendadas pelo *mainstream* são, na verdade, os mecanismos de poder mobilizados para escamotaer os reais procedimentos para o sucesso nas relações econômicas internacionais hodiernas. É, na prática, a forma em que se concretiza o movimento de “chutar a escada” pela qual os países do centro subiram para lograr hegemonia e, com isso, impedir que os países em desenvolvimento prosperem em seu objetivo precípua de alavancar e manter alto o ritmo do desenvolvimento de suas economias.

Considerando o exposto sobre a obra de Chang é interessante perceber alguns padrões na sua análise e nos seus prognósticos sobre a problemática relativa aos limites e às possibilidades para o desenvolvimento de economias majoritariamente enredadas na produção de bens primários, tais como as latino-americanas. Assim, a partir desse ponto de encontro analítico nas agendas de pesquisa acima resumidas, estabelece-se a oportunidade metodológica para se pensar em possibilidades comparativas com a Teoria Estruturalista latino-americana.

4. POSSIBILIDADES DE COMPARAÇÃO: entre o estruturalismo e a análise institucional

A análise comparativa das duas propostas de entendimento sobre o desenvolvimento econômico em países periféricos requer alguns cuidados. Isso porque o método comparativo não é apenas um conjunto de técnicas aplicadas, e sim, a própria estratégia, a forma de construir a teoria pensando no processo de generalização e universalização. De acordo com Lichbach e Zuckerman (2009), ao propor uma pesquisa comparada é necessário examinar o caso e, a partir disso, considerar no que ele contribui para o entendimento geral sobre um conjunto de fenômenos.

Dessa forma, é possível apreender o método comparativo através de sua capacidade de mediar o universal sociológico e a materialidade históricas dos fatos. Bem como explica Bendix (1963), a comparação permite o entendimento das regularidades dos eventos. No mesmo sentido, Sartori (1994) reflete sobre as potencialidades do método comparativo ao afirmar que o pano de fundo do processo foi estabelecido pelo modo de análise por gênero e diferenciação (p. 1036). Por conseguinte, há duas categorias: a orientada ao caso e a orientada à variável. Logo, temos que em casos muito semelhantes, busca-se maximizar as diferenças e em casos muito diferentes, as semelhanças (SARTORI, 1994; PRZEWORSKI; TEUNE, 1970). As contribuições da abordagem comparativa são tanto para o refinamento das justificativas quanto para compreender os conceitos compostos, considerando a historicidade destes e seus usos.

Para ser possível a comparação entre as duas obras – e as correntes de pensamento que as inspiram - aqui analisadas, podemos apontar que as variáveis de comparação ao qual Chang se debruça são, essencialmente: 1) Democracia (atrelada ao sufrágio universal); 2) Burocracia e Judiciário; 3) Direito à Propriedade; 4) Governança intelectual; 5) Instituições Financeiras; 6) Instituições de bem-estar social. Por sua vez, ao analisar a tipologia proposta por Bértola e Ocampo temos: 1) o tipo de poder colonial; 2) o tipo de mercado ao qual se vincula cada sociedade; 3) O tipo de produto para a atividade exportadora; 4) As transições vivenciadas pelos países; 5) o tamanho do país. Assim, ao menos no exercício analítico

que este trabalho propõe, é possível encontrar convergências nas duas propostas. Quando Chang estabelece a ode à Democracia, à Burocracia e ao Direito à Propriedade como eixos norteadores do *mainstream* é possível perceber um equivalente entre o que Bértola e o Ocampo identificaram como o tipo de poder colonial e as transições vivenciadas pelos países. A aproximação se sustenta, pois ambos os recortes se prestam a compreender a realidade dos países e das relações econômicas internacionais através de uma lente interpretativa pautada, essencialmente, nos aspectos políticos e históricos que caracterizaram o desenvolvimento econômico no bojo do capitalismo.

Avançando nas aproximações entre as duas obras aqui tratadas, é possível identificar outra convergência em elementos passíveis de comparação ao nos debruçarmos no que Chang nomeia “governança empresarial” e “instituições financeiras”. A seu turno, os autores latino-americanos utilizam os seguintes descritivos para nomear construções semelhantes: “tipo de mercado”, “tipo de produto para a atividade exportadora” e o “tamanho dos países”. O seguinte quadro se propõe a relacionar alguns parâmetros utilizados pelos autores:

Quadro 1: Convergência das propostas de Chang (2004) e Bértola e Ocampo (2015)	
Chang (2004)	Bértola e Ocampo (2015)
Instituições de Bem-Estar	-
Democracia Burocracia e Judiciário Direito à Propriedade	Tipo de Poder Colonial Transições vivenciadas pelos países
Governança Empresarial Instituições Financeiras	Tipo de Mercado Tipo de produto para a atividade exportadora Tamanho dos países

Fonte: elaboração própria

A partir desses elementos comuns, é possível inferir que o estruturalismo latino-americano e as abordagens institucionalistas históricas acabam, mesmo que indiretamente, compartilhando algumas premissas e percepções analíticas. Por isso, é concebível pensar nas duas correntes de pensamento em termos de comparação pela sua convergência, especialmente no que tange à percepção partilhada sobre as instituições erigidas no contexto periférico, vistas como heranças e replicações de um modelo previamente estabelecidos (STREECK, 2010). A sociedade se molda a partir das instituições, mas ao considerar que essas são herdadas de um sistema concebido estruturalmente para, em essência, ser desigual e impossibilitar a mudança do *status quo*, é possível compreender o porquê de os países atualmente desenvolvidos continuarem “chutando a escada” como uma política sistemática para

dificultar que os demais países alcancem o desenvolvimento econômico almejado. Isso também nos levar a questionar a ordem teleológica do capitalismo, a partir de uma abordagem sequencial e que todos os países devem vivenciar – uma vez que as condições não são as mesmas e, por isso, não se tem a possibilidade de produzir os mesmos resultados.

Alguns elementos básicos e comuns são encontrados nos processos de industrialização levado a cabo pelos países periféricos como, por exemplo, o fato do ambiente prévio ao início do processo ser caracterizado pela “tensão entre o estado real das atividades econômicas do país e os obstáculos ao seu desenvolvimento individual, por um lado, e pela grande promessa inerente a esse desenvolvimento, por outro” e ainda “até onde houve industrialização, foi sobretudo com a aplicação das técnicas mais modernas e eficientes que os países atrasados puderam ter esperança de lograr êxito, particularmente nos casos em que sua industrialização se deu em situações de concorrência com países adiantados” (GERSHENKRON, 2015, p. 70-71).

No entanto, o ponto que se pretende evidenciar é aquele enfatizado por Chang, quando argumenta sobre “[...] o fato surpreendente de serem pouquíssimas as tentativas de aproveitar as lições oferecidas pela experiência histórica dos países desenvolvidos para solucionar os problemas contemporâneos do desenvolvimento” (CHANG, 2004, p. 29). Chegamos a conclusão de que tal constatação não é inteiramente verdadeira, pois, ao quando se posiciona neste sentido, o economista sul-coreano parece não levar em conta as décadas de trabalhos e de sistematizações ocorridas no bojo da “escola” estruturalista latino-americana. Tanto que o próprio autor, mais a frente em sua argumentação, se retrata ao afirmar que:

Na década de 1960, que marcou o auge da economia do desenvolvimento, organizaram-se coletâneas de ensaios explicitamente destinadas a transmitir aos países em desenvolvimento as lições extraídas da experiência histórica das nações desenvolvidas (cf. Supple, 1963; Falkus, 1968). (idem, p. 20)

Apesar desse reconhecimento sobre as “coletâneas de ensaios”, ao tratar da evolução das instituições capitalistas e a partir dos parâmetros que ele próprio elenca, Chang não considera as contribuições e as respostas apresentadas pelos autores *cepalinos*, pelo menos não de forma explícita, bem como se mantém silente quanto às outras fontes analíticas, al como a Teoria Marxista da Dependência, sobre os meandros do desenvolvimento econômico periférico ao longo do século XX.

Fatores que podem nos auxiliar a compreender o “esquecimento” por parte do autor sul-coreano, conforme aponta Durval Albuquerque Júnior (apud WASSERMAN, 2017), decorrem do fato de que a proposta estruturalista vivenciou três inflexões ao longo de sua existência: a primeira delas refere-se à imposição dos golpes militares ao longo dos anos 1960 e 1970, principalmente na América do Sul. A

segunda, ocorreu durante o período de redemocratização dos países, o qual esteve alicerçado pelo fim do projeto nacional-desenvolvimentista e, por fim, o revez imposto pela implementação do neoliberalismo. Conforme Claudia Wasserman apresenta:

Outro tema recorrente nas análises do grupo aqui estudado [institucionalismo histórico] e que permanece atual diz respeito ao esgotamento da própria dependência como situação social ou da capacidade da teoria da dependência em dar conta de explicar as situações concretas. Ressalte-se que a teoria da dependência sofreu impugnação tanto por parte dos intelectuais liberais e conservadores, alguns ligados ao desenvolvimentismo, outros cepalinos, quanto de intelectuais de esquerda, vinculados, por exemplo, aos partidos comunistas (WASSERMAN, 2017, p. 203).

Assim, o horizonte explicativo proposta por Chang parece não dar conta da tarefa assumida como objetivo da obra de identificar os padrões de entendimento sobre o desenvolvimento econômico fora dos países atualmente desenvolvidos (ALBUQUERQUE JÚNIOR apud WASSERMAN, 2017).

5. A [FALTA] DE ACESSO À TECNOLOGIA COMO ASPECTO LIMITADOR DO CAPITALISMO PERIFÉRICO LATINO-AMERICANO

Tendo como base o argumentado nas linhas anteriores, filiamo-nos à lente interpretativa estruturalista que entende o sistema capitalista a partir de sua heterogeneidade, ou seja, trata-se de um modo de produção que, ao ser universalizado, não logrou seguir os mesmos padrões em todas as regiões do globo e, por isso, consolidaram-se variações e mutações claramente identificáveis. Contudo, tal como consta na crítica nacional-desenvolvimentista, o desenvolvimento é vendido e retratado como uma ideologia econômica hermética, consolidada a partir da [falsa] premissa relacionada à viabilidade do projeto de industrialização global e integral. Nesse sentido, na plena e necessária - porém inatingível - implementação de tal projeto repousaria as ansiadas respostas e condições necessárias para a superação do atraso e da pobreza (BIELSCHOWSY, 1988).

O desenvolvimento tecnológico nos países centrais do sistema corresponderia a um padrão de evolução e mutação do capitalismo baseado em uma presunção flagrantemente etapista em que a melhoria da técnica e a incorporação de conhecimento geraria automaticamente, por sua vez, mais conhecimentos, sendo tal acúmulo materializado na forma de inovações de processos e/ou de produtos (OLIVEIRA; EBLING, 2015, p. 148).

Um destacado pesquisador nesse campo de estudos foi Joseph Schumpeter, que aponta “a importância da inovação como mecanismo propulsor dos ciclos de expansão e retração do capitalismo ocidental” (OLIVEIRA; EBLING, 2015, p. 149). Assim, o pensador austríaco coloca em questão a

lógica da inovação vis-à-vis a importância do empreendedorismo para o funcionamento do sistema e o papel da inovação disruptiva.

A partir dessa premissa *schumpeteriana* é possível afirmar que o papel central do desenvolvimento está alocado na firma que, por definição, é essencialmente privada. Ou seja, o empreendedorismo seria a instância e o espaço adequado para a promoção da dinamização do sistema capitalista, uma vez que essa materializa e expande a lógica em que aquela está inserida. No entanto, como a análise estruturalista demonstra, o desenvolvimento tecnológico no capitalismo latino-americano não se materializou na firma como vaticinado, mas sim nas ações e regulamentações estabelecidas pelo Estado:

A forte coordenação do Estado, e seu aparato público, junto a burguesia possibilitou uma maneira eficaz de exploração da colônia. Esta lógica se consolida ao longo do processo de ocupação, mantendo este “padrão”, de coordenação do Estado através de seu aparato, no período de independência das colônias (OLIVEIRA; EBLING, 2015, p. 150)

Assim, e aqui retomando uma das mais relevantes bases da argumentação *cepalina*, é possível identificar a incontestável relação entre o processo de ocupação e exploração das colônias e as reverberações que tal período histórico imprimiu – e continua a imprimir – nas estruturas sociais, políticas e econômicas firmadas nos países periféricos. E, considerando essa questão, identifica-se um prolongamento das relações socioeconômicas impostas pelo colonialismo ibérico, levando em conta a lógica de organização, as relações entre o público e o privado e, até mesmo, a relação entre capital e trabalho: “o capitalismo periférico latino americano tendeu, e de fato produziu uma forma de organização Estado/público/privado e capital/trabalho onde o papel daquele que vem a ser o “empreendedor schumpeteriano” passa a ser secundário, ou mesmo desnecessário e, por que, mal visto” (OLIVEIRA; EBLING, 2015, p. 151).

É interessante perceber tal relação, pois, nas raras vezes em que se alcança as novas fronteiras tecnológicas na América Latina, tal conquista decorre da atuação incisiva por parte do Estado, e não da iniciativa privada (conforme previsto e incentivado por Shumpeter). Esta realidade faz com que se coloquem há limites reais e concretos para o empreendedorismo nessa região do sistema capitalista. A partir disso, é necessário, justamente, considerar o papel do Estado, uma vez que

[...] a recente crise econômica [de 2008], enfrentada pelos países do Centro indica que esta dinâmica “firmocêntrica” também apresenta problemas e que o Estado possui um importante papel de controle a desempenhar. Além de controlados das atividades das firmas, o Estado parece ser importante para a promoção e a alavancagem da própria dinâmica “firmocêntrica”. (OLIVEIRA; EBLING, 2015, p. 154).

Por sua vez, o que apreendemos do diagnóstico apresentado acima está claramente alinhado com o que Chang demonstrou em seu livro aqui analisado: em muitos países, ao longo de seus respectivos

processos de desenvolvimento industrial, houve políticas industriais protecionistas promovidas pelo Estado.

Tendo em vista o objeto do presente trabalho e no que concerne à problemática do desenvolvimento tecnológico, é possível estabelecer mais algumas convergências entre o proposto por Chang e o que argumentam Bértola e Ocampo. Trata-se, justamente, do acesso e da utilização competitiva da tecnologia como fator crucial para o desenvolvimento econômico dos países. No caso do primeiro autor, quando argumenta sobre a governança empresarial (CHANG, 2004, p. 149-160) e, no caso dos pensadores latino-americanos, quando tratam sobre o tipo de mercado e o tipo de produto para a atividade exportadora (BÉRTOLA; OCAMPO, 2015, p. 25-27). Esses elementos se complementam e evidenciam o exposto de que há similaridades entre as duas propostas, em diferentes aspectos.

A governança empresarial é, segundo Chang (2004, p. 149), uma forma da manifestação da tecnologia e um limite para essa. Os tipos de mercado e de produtos direcionados para a atividade exportadora auxiliam na determinação da forma pela qual os países são inseridos no contexto global e limitam, por fatores relativos à falta de competitividade tecnológica, o alcance de seu desenvolvimento econômico. Tal situação se concretiza, por exemplo, quando um país agroexportador encontra dificuldades estruturais para desenvolver uma indústria de grande valor agregado.

É interessante apontar, porém, importantes divergências de interpretação entre as bases da interpretação neo-institucionalista histórica de Chang e os diagnósticos regionais oferecidos pelo estruturalismo latino-americano, inclusive no que concerne à “obceção” pela industrialização como resposta a todos os males sócio-econômicos enfrentados pela América Latina desde sua emergência como região economicamente ativa no sistema internacional. Para ilustrar tal argumento podemos citar o caso da Argentina contemporânea, país visto como referência por ser, até então (anos 1950), o país mais industrializado da região.

Mesmo assegurando tal condição, a economia argentina passou a enfrentar outros entraves e “efeitos colaterais” relacionados ao seu esforços pela industrialização, tal como a necessidade de elevar tanto as exportações primárias quanto a produção de produtos alimentares para consumo doméstico. No mesmo sentido, já se tinha claro entre os que apostavam nas premissas nacional-desenvolvimentistas que qualquer chance de elas prosperarem passava, também, pela necessidade da intensificação da integração regional com vistas à construção, o quanto antes, de um mercado comum regional para garantir as condições para o desenvolvimento de indústrias manufatureiras.

Importante resgatar, também, as fundamentais contribuições de Celso Furtado no que ele considera o “paradoxo da industrialização” na América Latina. O processo de industrialização *sui generis* aqui sediado, ao invés de amenizar o impacto interno das flutuações do mercado internacional, na verdade resulta em um novo e desconhecido tipo de vulnerabilidade (FURTADO apud LOVE, 1998, p. 430). Ainda sobre o tema, Maria da Conceição Tavares aponta, por sua vez, que, mesmo com o avanço da industrialização, não se firmava o dinamismo no setor de exportação esperado, o que, por sua vez, não resultava na diminuição da necessidade da importação (TAVARES apud LOVE, 1998, p. 431).

Especificamente no que concerne ao acesso à tecnologia necessária para sustentar a competitividade no mercado internacional, a realidade latino-americana aponta para a situação em que os países da periferia se veem impelidos a importá-la do centro. Ou seja, a tecnologia disponível na região é, majoritariamente, exógena e produzida dentro dos interesses impostos pelos países desenvolvidos. Tendo em vista tais adversidades, mostrou-se fundamental pensar em uma análise “histórico-estrutural” para perceber os padrões cíclicos do desenvolvimento econômico na América Latina.

Assim, constituiu-se o padrão ao qual Rodríguez (2009) denominou “genealogia da dependência”, onde, ao menos na realidade regional latino-americana, se apresentam duas formas para o desenvolvimento: o “para fora” e o “para dentro”. Independente do caminho percorrido, o resultado será o “desenvolvimento desigual”. A primeira forma parte da hipótese do desenvolvimento desigual originário, ou seja, a periferia faz parte de um atraso inicial em que todo o seu desenvolvimento esteve pautado na internacionalização, de forma que a “periferia é constituída por economias cuja produção permanece inicialmente atrasada, do ponto de vista tecnológico e organizacional” (RODRÍGUEZ, 2009, p. 81). Já a segunda forma, seria o que ocorreu nos países desenvolvidos, onde a industrialização é vista como algo natural, sendo um fenômeno espontâneo. (*idem*, p. 82). Por fim, ao pensar no desenvolvimento desigual podendera-se sobre as equivalências propostas, problematizando a realidade de que, necessariamente, a periferia estaria atrelada ao subdesenvolvimento, enquanto o centro ao desenvolvimento (*idem*, p. 82-83).

Assim, retorna-se ao questionamento central firmado na obra de Bertola e Ocampo sobre a possibilidade de se analisar o desenvolvimento e a economia na América Latina como um todo, sem considerar as particularidades dos países. As generalidades podem ser utilizadas em dois sentidos: considerar o que é particular/específico, por um lado, e o que é geral/comum no contexto latino-americano. A partir dessa dualidade, problematizam-se as questões relativas ao desenvolvimento regional por meio de indagações sobre as nuances, as tipologias e as diferenças que permitem valorizar a diversidade na região (BERTOLA; OCAMPO, 2015, p. 15). A perspectiva trabalhada pelos autores

latino-americanos aponta que, apesar da persistência da pobreza e da desigualdade, esses fatores não impediram algum desenvolvimento na região na medida em que a América Latina é uma região que tem obtido avanços importantes e que tem experimentado mudanças econômicas, sociais e políticas destacáveis, o que demonstra que sua trajetória de desenvolvimento.

[...] fez avanços importantes, passou por mudanças econômicas, sociais e políticas notáveis que mostram que sua trajetória de desenvolvimento a permitiu situar-se, como um todo e em algumas dimensões, em uma situação intermediária na escala mundial (BERTOLA; OCAMPO, 2015, p. 16 – tradução nossa⁵).

Entretanto, e aqui emprestando a argumentação de Chang, resta claro que mesmo para os (poucos) países latino-americanos que, de fato, conquistaram essa “posição intermediária” no contexto das relações econômicas internacionais, a realidade aponta para um cada vez maior distanciamento em relação aos países posicionados no “centro” do sistema capitalista contemporâneo, na medida em que estes continuam “chutando a escada” dos demais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreender as trilhas do desenvolvimento latino-americano é um caminho tortuoso, uma vez que a economia não se desenvolve de forma linear e homogênea por todo o sistema capitalista. A abordagem estruturalista latino-americana buscou criar uma forma autônoma de pensamento que englobasse os problemas semelhantes dos diversos países da região, através da proposta de uma autonomia intelectual, produtiva e de tecnologias que correspondessem às características específicas impressas ao capitalismo na região. No entanto, após os anos 1990, tal abordagem passa a ser severamente criticada em decorrência da consolidação hegemônica dos ideais e das práticas próprias do capitalismo neoliberal, o qual impôs o enquadramento das formas não só econômicas, mas também políticas e do pensamento, reduzindo significativamente a possibilidade de discussão e novas soluções (LAVAL; DARDOT, 2016).

A América Latina é importante nesse contexto não só por ser parte fundamental na divisão internacional do trabalho que, por sua vez, tem papel fundamental para garantir, na prática, a existência do capitalismo ocidental como, também, por demonstrar que suas sociedades e instituições são moldadas a partir da persistente herança de um sistema estabelecido para ser desigual e impossibilitar a mudança dessas condições de desigualdade, uma vez enraizada nas consequências da deterioração dos termos de

⁵ Original: “*América Latina es una región que ha obtenido avances importantes, que ha experimentado destacables cambios económicos, sociales y políticos que muestran que su trayectoria de desarrollo le ha permitido ubicarse, en conjunto y en algunas dimensiones, en una situación intermedia a escala mundial.*”

troca. Tal realidade nos leva a questionar a ordem teleológica do capitalismo, pautada na abordagem etapista segundo a qual todos os países devem percorrer, mesmo que em condições internas muito diferentes, uma “lógica” para o desenvolvimento econômico pré-determinada. Contudo, tendo em vista o fato das condições não serem as mesmas, não é possível que se produzam os mesmos resultados.

Assim, o que o presente trabalho procurou enfatizar é que as bases do esforço analítico e de sistematização propostos por Ha-Joon Chang no início dos anos 2000, apesar de importante para reforçar as políticas de “chutar a escada” dos países atualmente desenvolvidos, já eram, em grande medida, trabalhada pelos autores estruturalistas nas décadas anteriores.

Tal realidade reforça a pertinência e a importância dos autores latino-americanos para a abordagem crítica da economia, muito embora reste claro o esforço pelo silenciamento da abordagem estruturalista tanto entre os tomadores de decisão quanto no *mainstream* do pensamento econômico. A ciência Econômica contemporânea tem se mostrado um campo que tende a repelir as questões culturais e históricas como relevantes para a construção dos entendimentos possíveis sobre o tema do “desenvolvimento econômico”, o que limita, por sua vez, as análises e compreensões relacionadas ao acesso e à competitividade da evolução tecnológica possível aos países periféricos.

É neste contexto que as comparações ora articuladas buscaram contribuir. Aqui, almejou-se uma explanação comparativa sobre as correntes de pensamento que moveram os projetos de industrialização e de desenvolvimento tecnológico na América Latina. Mais importante do que compreender o sucesso ou o fracasso de determinada linha de análise, é fundamental ter em vista que as transformações do capitalismo contemporâneo caminham *pari passo* com as novas fronteiras tecnológicas e que, apesar disso, é necessário considerar os avanços teóricos passados para potencializar as exíguas oportunidades para o efetivo desenvolvimento econômico na América Latina.

BIBLIOGRAFIA

BACCARO, L., & Pontusson, J. Rethinking Comparative Political Economy: The Growth Model Perspective. **Politics and Society**. 2016.

BENDIX, R. Concepts and generalizations in comparative sociological studies. pp. 532-539. In: **American Sociological Review**. Vol. 28, n. 4. 1963.

BÉRTOLA L.; OCAMPO J.A. **O desenvolvimento econômico da América Latina desde a independência**. São Paulo: Elsevier. 2015.

BIELSCHOWSY, R. **Pensamento Econômico Brasileiro**. O ciclo ideológico do Desenvolvimentismo. Ed. Contraponto, RJ/RJ. 1988.

- CHANG, Ha-Joon. **Chutando a Escada** – A estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica. São Paulo: Editora UNESP, 2004.
- FURTADO, C. **Criatividade e dependência na civilização industrial**. Ed. Cia das Letras, SP/SP. 2008.
- GERSCHEKRON, A. **O atraso econômico em perspectiva histórica e outros ensaios**. Ed. Contraponto, RJ/RJ. 2015.
- HALL, P. A.; SOSKICE, D. An Introduction to Varieties of Capitalism. In: **Varieties of Capitalism**, Oxford, Oxford University Press. 2001.
- HALL, P. e TAYLOR, R. As três versões do Neo-Institucionalismo. **Lua Nova**. N. 58, 2003 (p. 193-224).
- LAVAL, C.; DARDOT, P. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- LIST, F. **The National System of Political Economy**. London: Longmans, Green, and Company, 1885. (tradução da edição original alemã publicada em 1841 por Sampson Lloyd)
- LOVE, J.L. **A Construção do Terceiro Mundo**. As teorias do Subdesenvolvimento na Romênia e no Brasil. Ed. Paz e Terra. SP/SP. 1998.
- OLIVEIRA, L. G.; EBLING, M. Estado, crescimento e tecnologia na América Latina: uma reflexão sobre o capitalismo periférico latino-americano. In: CAVALCANTI, L.; PINTO, S. R. **América Latina na Contemporaneidade: desafios, oportunidades e riscos**. Curitiba: Editora CRV, 2015.
- PRZEWORSKI, A. TEUNE, H. **The logic of comparative social inquiry**. New York: John Wiley & Sons. 1970.
- RAGIN, Charles. **The Comparative method: moving beyond qualitative and quantitative strategies**. Berkeley, UoC. 2014.
- RODRÍGUEZ O. **O Estruturalismo Latino-Americano**. Ed. Civilização Brasileira, RJ/RJ. 2009.
- SARTORI, G. Concept misformation in comparative politics. **The American Political Science Review**, v. 64, n. 4. 1970. pp. 1033-1070.
- SCHNEIDER, S.; SCHIMITT, C. O uso do método comparativo nas Ciências Sociais. **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre, v. 9. 1998. p. 49-87.
- STREECK, W. Epilogue: institutions in History: bringing capitalism back in. In: **The Oxford Handbook of Comparative Institutional Analysis**. 2010.
- THELEN, K. Historical institutionalism in comparative politics. **Annual Reviews of Political Science**. N. 2, 1999 (p. 369-404).
- WALLICH H. Algumas notas para uma teoria do desenvolvimento derivado, em: AGARWALA A. N. e SINGH S. P. **A economia do Subdesenvolvimento**. Ed. Contraponto, RJ/RJ (2010).
- ZUCKERMAN, A. S. **Comparative Politics: rationality, culture, and structure**. 2nd. Edition. Cambridge: Cambridge University Press. 2009.
- WASSERMAN, C. **A Teoria da Dependência: do nacional-desenvolvimentismo ao neoliberalismo**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2017.